



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 89/XIII/ 2.ª SL

Aos 24 dias do mês de fevereiro de 2017, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição do Vice-Presidente da Comissão Europeia Valdis Dombrovskis, sobre o relatório relativo a Portugal no âmbito do Semestre Europeu.

Audição do Vice-Presidente da Comissão Europeia Valdis Dombrovskis, sobre o relatório relativo a Portugal no âmbito do Semestre Europeu.

A Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Europeus (CAE), Deputada Regina Bastos, deu início à audição com um agradecimento ao Senhor Vice-Presidente da Comissão Europeia (CE) Valdis Dombrovskis, que tutela as pastas do Euro e do Diálogo Social e também a pasta da Estabilidade Financeira, por ter aceitado o convite para falar ao Parlamento português, enquadrando a audição no contexto da recentemente publicada avaliação sobre o Semestre Europeu [[COM\(2017\)90](#)] e dos resultados apurados para Portugal [[SWD\(2017\)87](#)], passando de seguida a palavra ao Senhor Vice-Presidente para a sua intervenção inicial, frisando a necessidade de respeito pelos tempos de intervenção da audição, dado o tempo reduzido disponibilizado para a sua realização.

O Senhor Vice-Presidente iniciou a sua intervenção por referir que esta avaliação é positiva para o conjunto dos países da União Europeia (UE), sendo o quinto ano em que se registou crescimento nas economias da UE, tendo neste ano sido registado um crescimento em todos os países, numa média global de 1,2%. Alertou no entanto para os desafios, principalmente ao nível



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 89/XIII/ 2.ª SL

fiscal, estratégia que designou por “envolver as partes interessadas”, reduzindo a carga fiscal sem comprometer a redução da dívida, a qual permanece num nível elevado. Identificou também o desafio de reforçar o crescimento, de forma sustentável e inclusiva.

Ao nível das prioridades para a CE, referiu em primeiro lugar o Investimento, o qual tinha decrescido como resultado da crise financeira internacional e que ainda não tinha recuperado para um nível sustentável. Nesta vertente referiu a intenção de mobilização de financiamento para complementar o investimento privado, estando previsto investir meio bilião de euros até 2020 e atuar na redução de barreiras ao investimento. Em segundo lugar referiu como prioridade as reformas estruturais, nomeadamente para aprofundamento do mercado interno nas áreas da Energia e do Digital. O terceiro eixo prioritário seria a responsabilidade fiscal e as finanças públicas sustentáveis, com uma abordagem diferenciada por Estado-Membro.

Quanto aos resultados alcançados por Portugal, considerou que os avanços alcançados teriam sido boas mas que seria necessário reformas nalgumas áreas. Concretizando, considerou positiva a evolução do emprego mas que seria necessário corrigir o défice através de reformas estruturais, uma vez que a avaliação dos desequilíbrios macroeconómicos apontariam para recomendações de reformas mais ambiciosas ao nível da dívida pública e privada.

De seguida a Senhora Presidente passou a palavra aos Senhores Deputados da CAE para as suas intervenções, tendo usado da palavra:

- O Senhor Deputado Duarte Marques (PSD), que sublinhou a aparente incoerência dos resultados, considerados positivos apesar do agravamento do défice, da fragmentação financeira e da falta de avanços nas iniciativas dirigidas para a sua resolução, perguntando os progressos esperados a esse nível; perguntou se na reforma da União Económica e Monetária, incluindo a garantia mútua de depósitos, se haveria expectativas de acordo para o seu avanço; perguntou se estaria previsto a constituição de um organismo semelhante ao Fundo Monetário Internacional, para complementar a atuação



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 89/XIII/ 2.ª SL

do Banco Central Europeu, e qual a posição da CE quanto a essa possibilidade; perguntou se das prioridades anunciadas pela CE resultaria uma nova Europa “a duas velocidades”; perguntou qual o contributo estimado da reforma do mercado laboral, iniciada pela anterior administração, para a descida do desemprego nacional;

- O Senhor Deputado Eurico Brilhante Dias (PS), que realçou o facto de ter sido alcançado o défice orçamental mais baixo de Portugal desde o início da era democrática, excedendo os objetivos estabelecidos para o défice, e que face a esses resultados parecia-lhe inevitável que Portugal fosse retirado brevemente do mecanismo de défice excessivo; sublinhou que foram ultrapassados os objetivos estabelecidos para o emprego e que o relatório confirmaria a descida do défice e do peso da dívida pública no PIB a prazo, redução para metade dos créditos de cobrança duvidosa, sendo esperado que o défice permaneça abaixo de 3% do PIB num horizonte de médio e longo prazo; referiu que a política pública de austeridade seguida de acordo com as indicações da CE não teria permitido resolver os problemas que o país tinha, que pelo contrário os teriam agravado; referiu os problemas anteriormente existentes das quatro principais instituições financeiras do país, ou de estrutura acionista ou de capitalização, problemas esses em resolução pela atual administração;

- A Senhora Deputada Isabel Pires (BE), que declarou que a resolução dos problemas de défice e desemprego em Portugal teriam resultado da rutura com as políticas anteriormente seguidas, através de uma estratégia de restituição de rendimentos; nestes termos discordaria das recomendações proferidas pelo Senhor Vice-Presidente; pelo contrário recomendaria a reestruturação da dívida por oposição aos cortes cegos no investimento público que seria recomendado; ao nível do mercado laboral, a redução dos montantes de indemnização seria premiar e incentivar o despedimento ilícito, em clara contradição com a lei laboral que deveria defender a parte mais fraca; perguntou se depois do procedimento por défice excessivo se haveria outros através do qual Portugal pudesse ser penalizado, numa espiral de procedimentos excessivos;



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 89/XIII/ 2.ª SL

- O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP), que referiu ser o segundo ano consecutivo em que se discutia os resultados da avaliação do Semestre Europeu mas em que permanecia por concluir a União Económica e Monetária; considerou que as previsões publicadas no relatório da UE deveriam ser vistas com espírito crítico, tendo em consideração que as mesmas não se teriam concretizado em anos anteriores; perguntou a que se referiam quando no relatório alertavam para riscos que ainda não se materializaram, se seriam relativos à inversão das reformas no mercado de trabalho iniciadas na administração anterior e que estariam a ser postas em causa pelos partidos de esquerda que apoiavam a atual administração; sublinhou a importância da Garantia Jovem, perguntando quando estaria previsto entrar em funcionamento as iniciativas para a juventude; e

- A Senhora Deputada Paula Santos (PCP), que considerou que os problemas identificados no relatório teriam sido agravados pelas políticas impostas ao país, não fazendo sentido as recomendações realizadas, de regressar às medidas que o prejudicaram; indicou que Portugal enquanto país soberano não deve aceitar críticas quanto às políticas seguidas nos salários da administração pública, na fixação de um ordenado mínimo, nos despedimentos e até nas rendas; indicou que os portugueses teriam claramente rejeitado as políticas propostas; declarou que os mecanismos da UE estabelecidos pelo tratado orçamental e pelo EuroSistema não permitiriam ao país desenvolver-se; para finalizar afirmou que seria fundamental renegociar a dívida e libertar Portugal da amarras do euro.

O Senhor Vice-Presidente respondeu individualmente às questões colocadas. A audição foi gravada em vídeo e transmitida em direto pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede (gravação integral disponível em: <http://www.canal.parlamento.pt/?cid=1708&title=audicao-do-vice-presidente-da-comissao-europeia-valdis-dombrovskis>)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 89/XIII/ 2.ª SL

A reunião foi encerrada às 10:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 de março de 2017.

A PRESIDENTE

(REGINA BASTOS)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 89/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Cardoso
António Costa Silva
António Sales
Duarte Marques
Eurico Brilhante Dias
Filipe Anacoreta Correia
Inês Domingos
Isabel Pires
João Galamba
Manuel Rodrigues
Miguel Morgado
Paula Santos
Pedro Mota Soares
Regina Bastos
Rubina Berardo
Vitalino Canas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Maria Luís Albuquerque

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro
Carla Tavares
Carlos Costa Neves
Carlos Pereira
Francisca Parreira
Moisés Ferreira